

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 18 DE CEILÂNDIA



Projeto Político-Pedagógico
Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia

Brasília

Janeiro de 2021

Governador do Distrito Federal

Ibaneis Barros Rocha Júnior

Secretário de Estado de Educação do DF

Leandro Cruz Fróes da Silva

Subsecretário de Educação Básica

Tiago Cortinaz da Silva

Coordenador da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia

Helder Ferreira Gonçalves

Diretora do Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia

Elaine Rodrigues de Amorim

Vice-Diretora do Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia

Maria Lúcia Bertoli

Supervisora Pedagógica

Lauene da Silva Lopes Macedo

Secretário

José Francisco Pereira da Silva

Comissão Permanente de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico

Diretora: Elaine Rodrigues de Amorim

Vice-diretora: Maria Lúcia Bertoli

Supervisora Pedagógica: Lauene da Silva Lopes Macedo

Coordenadores: Fabiana Francisca Macena, José Eustáquio Queiroz, Daniela de Jesus Barros, Lucianne Barradas dos Santos, Marcos Vinícius Silva Magalhães.

Colaboradores: Professores/as, auxiliares e agentes de educação, pais, mães, responsáveis e estudantes.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Paulo Freire

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL	04
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	04
3. HISTORICIDADE	07
3.1 A escola que temos	07
3.2 Nossos(as) estudantes	09
3.3 Organização do espaço físico.....	12
4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR	13
4.1 Perfil socioeconômico.....	14
4.2 Nível de aprendizagem	16
4.3 Avaliações externas	20
5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	24
6. MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	25
7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS	26
8. OBJETIVOS	27
9. CONCEPÇÕES TEÓRICAS	28
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	30
11. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO	34
12. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA	38
13. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP.....	40
14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	42
15. PROJETOS ESPECÍFICOS.....	42
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Nome da Instituição Educacional: Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia

Instituição mantenedora: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF)

CGC: 00.394.676-07

Endereço: QNP 10 Área Especial.

Telefone: (61) 3901-6904

Instagram: @cef18.ceilandia

Localização: Zona Urbana

CRE: Ceilândia

Data de Criação: 15/11/1979

Turnos de Funcionamento: Matutino e Vespertino.

Nível de Ensino: Educação Básica – Anos Finais do Ensino Fundamental – nas formas de Ensino Regular, 3º Ciclo 1º e 2º bloco.

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, estabelece que a educação escolar tem como finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e deve guiar-se por fins e princípios tais como a pluralidade de ideias, o respeito à liberdade e o apreço pela tolerância, o respeito à diversidade étnico-cultural, dentre outros (BRASIL, 1996). Sendo assim, para que a escola ofereça um ensino significativo, consciente dos desafios da contemporaneidade e adequado às necessidades e à realidade de seus/suas estudantes, é que o mesmo texto legal prevê a autonomia das escolas para elaborarem e cumprirem seus projetos político-pedagógicos.

De acordo com Ilma Veiga, o projeto político-pedagógico

busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 1995, p.13)

Desta forma, como documento norteador das ações pedagógicas da escola, que explicita suas demandas e prioridades, o projeto político-pedagógico é dinâmico, é movimento, uma vez que a escola é organização viva. Nesse sentido, deve manter-se atualizado, sendo constantemente reavaliado, a fim de que esteja em consonância com os objetivos alcançados e os que ainda são almejados. Em outras palavras, o projeto precisa acompanhar as necessidades e a realidade escolar, em um processo contínuo de (re)definição de metas.

Nessa direção, apresentamos o projeto político-pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia, documento que visa delinear objetivos, construir caminhos e apontar possibilidades para as nossas práticas pedagógicas, explicitando a identidade de nossa escola, nossas metas a longo prazo e nosso planejamento para o ano letivo de 2021. Para tanto, o ato de planejar é aqui compreendido na acepção que lhe confere José Carlos Libâneo (2001), como uma atividade permanente de reflexão e ação. Trata-se de ato coletivo, que envolve a troca de informações e experiências, bem como a criação de expectativas e possibilidades de atuação por/entre professores, direção, coordenadores, funcionários, pais, mães e responsáveis. Ou, como sublinha Greicimara Ferrari, trata-se de “definir os objetivos da escola e ações necessárias para alcançá-los” (FERRARI, 2011, p.161).

A construção deste PPP é fruto de ação reflexiva iniciada nas coordenações pedagógicas e de esforço coletivo em subsidiar o planejamento do trabalho, traduzido em discussões, troca de experiências, levantamento das necessidades da comunidade e da escola. Além disso, foi crucial o envolvimento da comunidade escolar na construção deste PPP, ocorrido por meio de debates em reuniões realizadas em 11/03/2017, 24/02/2018 e 18/02/2019, bem como no dia letivo temático “Planejamento Pedagógico da Comunidade” (12/03/2019), em que promovemos encontro com pais, mães, responsáveis e estudantes. Nesta ocasião, fez-se uma exposição da proposta do CEF 18, do nosso PPP anterior e dos resultados dos estudantes em anos anteriores para discussão.

Esforço intensificado no ano de 2020, quando muitos foram os debates acerca do nosso percurso pedagógico, seja em coordenações coletivas, por componente curricular ou em reuniões de pais, mães e responsáveis. Discussões que foram reforçadas, principalmente, pela situação atípica enfrentada em razão da pandemia do coronavírus, com as aulas presenciais suspensas e início das atividades remotas em ambiente virtual de aprendizagem.

As sugestões, críticas e opiniões acerca dos rumos a serem tomados e dos caminhos que deveriam ser revistos, sobretudo pelos impactos da COVID-19 em nosso processo de ensino-aprendizagem, foram fundamentais para a reavaliação deste PPP.

Este movimento contínuo de revisão e (re)elaboração persistiu no ano de 2021, quando a leitura do PPP foi realizada conjuntamente com a comunidade escolar, em reuniões realizadas via Meet, em um esforço coletivo de reorganização dos objetos de conhecimentos e dos objetivos de aprendizagens de todos os componentes curriculares, seguindo às orientações do Currículo em Movimento, das matrizes de referência do SAEB e do debate acerca dos projetos pedagógicos e sua pertinência na atual conjuntura do ensino remoto. Tal processo foi orientado pelos resultados das avaliações diagnósticas de nossos/as estudantes, dos componentes curriculares Matemática e Língua Portuguesa, realizadas anteriormente. Eles foram essenciais para traçar as estratégias e ações pedagógicas projetadas para o ano letivo de 2021, tendo como ponto de partida as fragilidades e potencialidades dos/das estudantes.

A partir do exposto, este documento, composto pelo compromisso firmado coletivamente quanto ao que se espera e como buscamos alcançar tais objetivos, deve levar em consideração, sobretudo, a realidade na qual a escola encontra-se inserida para que, como dissemos anteriormente, possa atender aos anseios de toda a comunidade escolar. O Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia localiza-se em uma comunidade na qual a maior parte dos estudantes estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade, muitas vezes em contato direto com a violência e problemas familiares. Diante de tal realidade, muitos de nossos discentes não vislumbram mais na escola a oportunidade de alcançar sonhos e traçar objetivos, nem mesmo acreditam no papel transformador da educação. Sendo assim, faz-se urgente a necessidade de discutirmos a educação, oportunizando dentro do espaço escolar as condições necessárias para criar, refletir e planejar ações que despertem em nossos estudantes a importância tanto da escola como deles próprios no processo de ensino-aprendizagem.

Os desafios futuramente enfrentados por nossos estudantes do ensino básico, dentre eles o ingresso no mercado de trabalho e no ensino superior, exigem a qualidade do conhecimento produzido na escola, o que salienta a importância deste espaço na trajetória destes indivíduos. Por esta razão, acreditamos que o estabelecimento de ensino é um lugar de concepção, troca e mediação de conhecimento, valores e atitudes. Não por acaso, a organização do trabalho pedagógico é fundamental para o processo de ensino-

aprendizagem, a fim de que a escola desenvolva tanto o senso crítico e a capacidade cognitiva de resolução de problemas, como o aprendizado de uma parte do conhecimento adquirido pela humanidade indicados em currículo oficial. Trata-se de iniciar um caminho com vistas ao grande desafio da educação do presente, qual seja a de

transformar a sociedade, conduzindo o processo de transição para uma humanidade sustentável (...). O processo educativo deve se pautar na realidade, entendida como algo não acabado e sobre a qual podemos intervir. Essa intervenção deve caminhar pela integração entre a escola e sua comunidade na perspectiva de compreensão da área de abrangência próxima como território que intervém na formação dos sujeitos, proporcionando uma educação que extrapola a mera aprendizagem cognitiva e observa a integralidade humana. (*PPP Carlos Mota*, p. 17-19).

Sendo assim, na busca por novas experiências de ensino-aprendizagem com os nossos estudantes, apresentamos os pressupostos teóricos que orientam nossas práticas pedagógicas e as ações a serem implementadas no decorrer deste ano letivo de 2021, no qual contamos com a participação de todos os atores envolvidos nesse processo de construção do ensinar e aprender e que serão detalhadas adiante. Trata-se de reafirmar nosso compromisso com a educação, percebida como oportunidade de melhores caminhos para que as transformações sociais, econômicas e políticas ocorram. É na educação e com a educação que acontece o processo pessoal de mudança, é por meio dela que se alcança a cidadania, alicerçada no respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Diante do exposto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) aqui apresentado explicita o plano de ação do CEF 18, tendo como princípio norteador a coordenação do trabalho pedagógico em sintonia com as realidades social, econômica e cultural de nossos/nossas estudantes, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem, orientados pelas necessidades educacionais dos alunos/as que o frequentam. Para tanto, tomamos como ponto de partida as metas traçadas e atingidas nos anos anteriores e os objetivos que ainda pretendemos alcançar, tendo clareza dos meios necessários para tais conquistas. Também levamos em consideração os desafios impostos pela pandemia do coronavírus na educação escolar durante o ano de 2020 e seus impactos, que ainda são sentidos no ano letivo de 2021. A atual conjuntura nos provoca e impele a traçar estratégias que permitam, sobretudo, recuperar as aprendizagens, comprometidas em razão da situação excepcional criada pela COVID-19.

Desta forma, o presente projeto político-pedagógico tem como objetivo nortear o processo de ensino-aprendizagem, de forma a atuar efetivamente na ação pedagógica dessa equipe, ratificando o nosso compromisso com a formação integral do educando, alinhando-o com os três eixos transversais propostos pelo *Currículo em Movimento*, a saber: Educando para a diversidade, Educando para a sustentabilidade e Cidadania e Educação para os direitos humanos (SEDF, 2014, p.09).

3. HISTORICIDADE

3.1 A escola que temos

O espaço hoje conhecido como CEF 18 foi inaugurado em 15 de novembro de 1979, como Escola Classe 41 de Ceilândia, sendo sua primeira diretora a professora Marlene das Graças Pires Michalski. O objetivo era atender a uma demanda crescente de estudantes na região do P-Sul, contribuindo significativamente para a comunidade local. Naquele momento, a instituição atendia, no turno diurno, estudantes da Educação Básica de 1ª. a 4ª. séries, que corresponde, hoje, ao Ensino Fundamental anos iniciais. Em 22 de novembro de 1989, a escola foi transformada em Centro de Ensino de 1º Grau 18 de Ceilândia, passando a atender também estudantes das antigas 5ª a 8ª séries. Apenas em 12 de janeiro de 2004 foi que a escola se tornou Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia, oferecendo os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) à comunidade do P-Sul (Ceilândia) e também aos estudantes da região administrativa Sol Nascente e Pôr do Sol.

De lá pra cá, o CEF 18 passou por muitas transformações e direções, com diferentes perfis. Hoje, comandam a atual gestão a diretora Elaine Rodrigues de Amorim e a vice Maria Lúcia Bertoli, democraticamente eleitas em 2017 e reeleitas em 2019. Juntas, tem realizado uma série de reformas do espaço físico escolar, que serão detalhadas mais adiante, assim como tem promovido uma significativa reorganização pedagógica. Metas e ações a curto e longo prazo têm sido, desde então, incansavelmente discutidas em coordenações e reuniões tanto por docentes, coordenadores e gestão, como pela comunidade, a fim de alcançar um ensino-aprendizagem eficaz e transformador.

Os resultados tem aparecido, sobretudo em avaliações internas e externas. Destaque para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do CEF 18, que a partir

dessa gestão, vem consecutivamente superando a meta estipulada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como a escala de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e em 2019 alcançou o primeiro lugar dentre as escolas do Ensino Fundamental- anos finais na CREC de Ceilândia.

Em 2019, também trabalhamos conjuntamente com o grupo de estudantes e docentes integrantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Matemática do UniProjeção¹ e com o Instituto Mix de Profissões, dentre outros, o que tem oportunizado práticas diferenciadas de ensino e novas possibilidades de aprendizagem.

Além destes avanços no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, é preciso destacar o papel do CEF 18 na comunidade na qual está inserido. Atualmente, a escola é ponto de referência para campanhas de vacinação e em eleições serve como local de votação. Nos últimos anos, a escola também funciona como polo de aplicação de provas externas de larga escala e tem realizado parcerias com instituições locais, tais como Posto de Saúde Nº 06 de Ceilândia; Conselho Tutelar; Batalhão Escolar, dentre outras. Também cabe destacar que, por meio da execução de projetos (GINCLASS e Africanidades: consciência de que?!), buscamos cada vez mais envolver discentes, docentes, família e instituições para cumprir na prática ações sociais, como doação de sangue, café da manhã para moradores de rua, doação de alimentos às instituições, visita ao lar dos idosos, atendimentos às famílias de menores infratores internados pela Associação dos Advogados de Ceilândia, atendimento à comunidade para realizar exames de sangue e urina, atendimentos oftalmológico com doações de óculos para famílias carentes, dentre outros.

3.2 Nossos(as) estudantes

Em 2019, a quantidade de alunos matriculados foi de 819, distribuídos em 32 turmas da seguinte maneira:

- 6º anos – 10 turmas de ensino regular, período Matutino;
- 7º anos – 9 turmas de ensino regular, período Matutino;
- 8º anos – 6 turmas de ensino regular, período vespertino;

¹ Infelizmente, nos anos seguintes, não foi possível manter a parceria com o UniProjeção, haja vista o compromisso do grupo em atender estudantes de escolas que apresentassem maiores fragilidades de aprendizagem em Matemática, característica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

- 9º anos – 7 turmas de ensino regular, período Vespertino;

Abaixo, apresentamos informações detalhadas sobre a movimentação dos/das estudantes, bem como dados referentes à aprovação, reprovação e abandono, relativos ao ano letivo de 2019:

Estudantes matriculados e movimentação (2019)

Movimentação	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
Matrícula em 20/03/19	208	262	190	190	850
Admitidos após 20/03/19	22	28	12	28	90
Transferidos	33	38	25	25	121
Matrícula final	197	252	177	193	819
Aprovados sem dependência	186 (94,42%)	189 (75,00%)	169 (95,48%)	180 (93,26%)	724 (88,40%)
Aprovados com dependência		26 (10,32%)			26 (3,17%)
Reprovados		37 (14,68%)		13 (6,74%)	50 (6,11%)
Afastados por abandono	11 (5,58%)		8 (4,52%)		19 (2,32%)

Fonte: SINOVA. *Censo Escolar*, 2019.

Naquele mesmo ano, em razão da diminuição considerável de alunos/as com distorção idade/série, a escola optou por não oferecer a modalidade PAAE (Programa de Avanço de Aprendizagem Escolar). Os/as poucos/as estudantes que ainda se enquadravam nesse perfil foram motivados, incentivados e acompanhados, desde que com a autorização prévia dos responsáveis, a participarem do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os alunos e alunas inscritos eram atendidos em horário contrário e aos sábados, a fim de participarem de aulas de todos os componentes curriculares, ministradas pelos professores da ONG Meninos Pôr do Sol e professores do CEF 18.

No ano de 2020, foram 833 estudantes matriculados, distribuídos entre 15 turmas no turno matutino e 15 turmas no turno vespertino:

- 6º anos – 8 turmas de ensino regular, período Matutino;
- 6º ano – 1 turma de ensino regular, período Vespertino;
- 7º anos – 7 turmas de ensino regular, período Matutino;
- 7º ano – 1 turma de ensino regular, Vespertino;

- 8º anos – 7 turmas de ensino regular, período vespertino;
- 9º anos – 6 turmas de ensino regular, período Vespertino;

É preciso ressaltar que, em março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas pelo Decreto nº 40.509, de 11/03/2020, em razão da pandemia do coronavírus, tendo tal situação sido mantida até o final do ano letivo de 2020. Nesse sentido, dada a necessidade de isolamento social para conter a circulação e transmissão do vírus, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) optou pela retomada das atividades escolares em 13 julho de 2020, de modo não presencial, a fim de minimizar os impactos decorrentes da ausência de aulas presenciais e garantir a manutenção e continuidade das aprendizagens. Assim, as aulas ocorreram tanto em ambiente virtual de aprendizagem, via plataforma *Google Sala de Aula*, como por atividades impressas para aqueles/as estudantes que não dispunham de internet e/ou aparelhos como smartphone, tablet, notebook ou computador. A equipe gestora promoveu um esforço constante na busca ativa dos 833 estudantes matriculados no CEF 18 e todos eles foram localizados, seguindo assim, a orientação da SEDF: nenhum aluno/a a menos.

É importante destacar que as mudanças enfrentadas no ano de 2020 apontaram para uma nova dinâmica de ensino, mediada por tecnologias, seja em ambiente virtual de aprendizagem ou pelo uso de materiais impressos que foram disponibilizados aos/às estudantes, demandando de todos/as os/as profissionais envolvidos/as no processo de ensino-aprendizagem uma atenta reorganização de seu trabalho. Nessa direção, a SEDF, ao compreender as diferentes realidades e o ano atípico em que nos encontrávamos (e ainda nos encontramos), propôs diretrizes² que garantiram maior flexibilidade quanto à avaliação e à frequência dos/das estudantes, propondo que os critérios quanto à aprovação e à retenção escolar fossem revistos de acordo com a situação vigente.

Levando em consideração as orientações da SEDF, o Conselho de Classe desta unidade escolar, ao analisar individualmente as fragilidades e potencialidades de cada

² Compõem estas diretrizes: a) Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020; b) Decreto nº 40.519, c) Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020; d) Decreto nº 40.550, de 23 de março de 2020; 28 e) Circular n.º 66/2020 - SEE/SUPLAV Brasília-DF, 08 de outubro de 2020; f) Circular n.º 246/2020 - SEE/SUBEB Brasília-DF, 12 de outubro de 2020; g) Circular n.º 181/2020 - SEE/CRE Ceilândia/UNIEB Brasília-DF, 14 de outubro de 2020; h) Parecer nº 105/2020 – CEDF, de 17 de novembro de 2020; i) Circular n.º 2/2020 - SEE/SECEX Brasília-DF, de 20 de outubro de 2020; j) Circular n. 56/2020- SEE/SUPLAV; k) Circular n.º 70/2020 - SEE/SUPLAV Brasília-DF, 09 de novembro de 2020; l) Circular 219/2020 – SEE/SUBEB; m) Circular n.º 262/2020 - SEE/SUBEB Brasília-DF, de 24 de novembro de 2020; n) Circular nº 6/2021 – SEE/SUBEB, de 18 de janeiro de 2021

aluno/a, optou pelo avanço dos/das estudantes, buscando respeitar não só o tempo específico das aprendizagens, mas as condições de acesso às aulas em tempos de pandemia. Por esta razão, o quadro abaixo não apresenta número de estudantes retidos no ano letivo de 2020.

Estudantes matriculados e movimentação (2020)

Movimentação	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
Matrícula em 11/03/20	234	225	198	182	839
Admitidos após 11/03/20	2	4	3	1	10
Transferidos	3	5	5	3	16
Matrícula final	233	224	196	180	833

Fonte: Secretaria Escolar do CEF 18.

Neste ano letivo de 2021, estão matriculados 945 estudantes do 6º ao 9º ano no ensino regular (6º e 7º anos: 525 estudantes; 8º e 9º ano: 420). Além disso, a partir deste ano, a escola conta também com uma classe especial, com 2 (dois) estudantes matriculados. Além disso, há de se destacar que a escola tem atendido estudantes com necessidades educacionais especiais (deficiências intelectuais, síndromes do espectro autista, deficiências motoras e deficiências visuais) e com transtornos funcionais. Estes alunos e alunas são matriculados e frequentam as aulas em turmas regulares e, no turno contrário, recebem atendimento na Sala de Recursos. Neste espaço, o trabalho é realizado sob a orientação e o acompanhamento de professoras especializadas, com atividades específicas deste atendimento e outras demandadas pelos professores dos diferentes componentes curriculares. Tal equipe participa ativamente das coordenações coletivas, acompanhando as ações dos/das professores/as, oferecendo suporte e orientação quanto às melhores estratégias de inclusão. Este é um trabalho que já ocorre no CEF 18 com sucesso, sendo mantida sua continuidade.

Os estudantes com Transtornos Funcionais são atendidos pela pedagoga do SEAA (Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem), por meio da elaboração do Plano Interventivo individual e das adequações que se fizerem necessárias. Os casos não diagnosticados, detectados por professores e professoras, são discutidos em coordenação e encaminhados aos órgãos competentes para avaliações com especialistas.

Salientamos que, desde 2015, o CEF 18 não contava com o trabalho do Serviço de Orientação Educacional (SOE), o que resultava em perda irreparável aos/às nossos/as alunos/as. Porém, em abril de 2019, essa UE recebeu dois orientadores educacionais. O SOE, além do trabalho de apoio à Sala de Recursos e ao SEAA, também desenvolve atividades junto aos/às estudantes a fim de trabalhar tanto sua autoestima como em questões

disciplinares e pedagógicas, visando a melhoria das relações sociais dentro e fora do ambiente escolar, contribuindo diretamente com o processo de ensino-aprendizagem.

Com relação ao nosso corpo de funcionários, ele é composto atualmente por:

- 40 professores (sendo 13 contratos temporários);
- 01 pedagoga;
- 02 orientadores educacionais;
- 02 técnicos de secretárias;
- 02 monitores;
- 01 servidor de apoio na secretaria;
- 02 funcionárias terceirizadas responsáveis pela merenda escolar, da empresa Confere;
- 08 agentes de limpeza terceirizados da empresa Real;
- 03 educadores sociais;
- 02 servidores da carreira assistência.

3.2 Organização do espaço físico

Conforme o *Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota*, que expõe o planejamento, orientação e as diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal, é fundamental conhecer o território para a implementação e o desenvolvimento de políticas e ações, sobretudo para a proposta educativa na perspectiva da cidadania, da inclusão, da formação integral e da sustentabilidade humana. Como o documento explicita,

É um grande desafio compreender e articular as ações da escola a partir dessa concepção de território. A ação de cada escola desenrola-se nas relações com as outras dimensões do território onde se localiza. O território abriga conflitos, liberdades, dominações, resistências, práticas solidárias. As relações sociais, por sua variedade, criam tipos de territórios. A territorialidade é o conjunto de práticas e expressões do sujeito na relação com o seu meio. É no cotidiano que a territorialidade é tecida e engendrada.” (*PPP Carlos Mota*, p.32)

Território aqui compreendido tanto como o lugar em que a escola está inserida, a comunidade da qual faz parte, como também o seu espaço físico, onde ocorrem as mais distintas formas de interação social, e que engendram o espaço escolar. Nesse sentido, é

preciso avaliar o espaço físico, suas potencialidades e limites, para pensarmos e executarmos práticas pedagógicas condizentes com a nossa realidade e que propiciem uma aprendizagem significativa e efetiva.

O CEF 18 de Ceilândia possui 17 salas de aula, uma biblioteca, uma Sala de Recursos, uma sala para a equipe disciplinar, uma sala para o SOE e SEAA e um Laboratório de Informática, todos estes com piso e pintura novos em razão de reformas realizadas desde 2017. Reforma que incluiu, também, todo o sistema elétrico e de iluminação, seguindo todas as recomendações de um engenheiro elétrico, bem como toda rede de esgoto e águas pluviais sofreram melhorias, com troca para tubulação apropriada.

Atualmente, o Bloco Administrativo encontra-se reformado e foram adquiridos 10 computadores, 5 impressores preto e branco e 1 colorida e um duplicador. Em 2020, montamos uma sala, a qual intitulamos de mecanografia, com as seguintes máquinas: 1 duplicador, 1 encadernadora perfuradora wire-o duplo anel passo 2x1, 1 encadernadora perfuradora espiral elétrica de pedal, 1 Impressora L395 da Epson, um grampeador elétrico. Este espaço contribui para o bom andamento do trabalho pedagógico, uma vez que possibilita a montagem de apostilas e outros trabalhos pedidos pelos docentes.

Todas as salas de aula contam com tv Samsung 40', ar condicionado e som. Aliás, o sistema de som abrange também corredores, quadra e cantina, sendo similar a uma rádio. Além disso, contamos com um sistema de câmeras (externa e interna) em toda a escola, inclusive nas salas de aula. Esta medida era reivindicação antiga de nossa comunidade escolar, em razão dos atos de violência, vandalismo e outras ações entre os discentes. A proposta foi discutida com o Conselho Escolar e formalizada em ata através de uma reunião de Assembleia geral convocada pelo Conselho e resultou na redução de conflitos e atos infracionais.

Para a prática de esportes existe uma quadra poliesportiva, porém, totalmente fora das normas técnicas: sem área de segurança, sem cobertura, arquibancadas muito próximas da quadra e sem proteção para o público, assim como o alambrado oferece sérios riscos à integridade física dos estudantes. Todavia, existe a previsão de que o espaço seja modificado e adequado às normas técnicas ainda neste ano de 2021, em razão de uma emenda parlamentar, que garante os recursos necessários para a obra em questão.

Há uma sala destinada para os agentes de limpeza, com banheiros separados, bem como banheiro masculino e feminino para os/as estudantes, ambos recentemente reformados. Também temos uma cantina, onde é feito o lanche para os/as alunos/as e um

refeitório, espaço multifuncional, pois é o único possível e disponível para a realização de reuniões de pais, mães e responsáveis e atividades pedagógicas, tais como palestras, apresentações de nossos discentes, atividades musicais, teatrais, danças e outros. Esse espaço era, até então, inapropriado, sendo extremamente abafado e quente, o que comprometia a segurança e a integridade física dos nossos estudantes e professores. Com a reforma da escola, iniciada no ano de 2020, este espaço foi totalmente remodelado, o que garantirá maior conforto a toda a comunidade escolar que o utiliza. Além disso, há uma guarita e estacionamento interno para a equipe, bem como uma lanchonete terceirizada que, no momento, aguarda o processo de regularização conforme as normas da SEEDF.

Os/as estudantes do CEF 18, até então, não possuíam área de convivência para o intervalo. Os mesmos circulavam entre três corredores existentes, repetidas vezes, causando muitas vezes conflitos, como agressões físicas e ofensas verbais. Sem outra opção e usufruindo de um espaço limitado, os/as estudantes sentiam-se entediados e presos em um movimento circular durante o período em questão. Situação essa que foi modificada, haja vista as melhorias realizadas com a reforma, que garantiu um espaço de convivência/praca para os/as estudantes. Além disso, todo o piso externo/corredores foi trocado no ano de 2020, garantindo a acessibilidade aos nossos/as alunos/as e à comunidade.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

Como dito anteriormente, conhecer a realidade escolar é tarefa primordial para traçar os rumos a serem seguidos e os caminhos a serem tomados no processo de ensino-aprendizagem, a fim de garantir um ensino significativo e de qualidade. Para tanto, é necessário compreender o espaço no qual o CEF 18 está inserido, como as relações sociais nele constituídas impactam na construção do conhecimento escolar, o que foi possível realizar até o presente momento e o que ainda almejamos.

4.1 Perfil socioeconômico

O CEF 18 está localizado na região administrativa de Ceilândia, mais precisamente no setor P-Sul. De acordo com os dados de 2018 da Pesquisa Distrital por Amostra de

Domicílios realizada pela CODEPLAN, trata-se de região administrativa com população estimada em 432.927 habitantes, perfazendo 15% da população do Distrito Federal, o que a torna a região mais populosa do DF (CODEPLAN, 2019). Sobre os seus habitantes, a maioria é composta pelo sexo feminino (52,1%) e por indivíduos que se identificam como pardos ou negros (52,8% e 12,2%, respectivamente), compondo uma população que possui idade média de 31,9 anos (CODEPLAN, 2019, p.13). As famílias nesta RA encontram-se organizadas, sobretudo, em arranjos de casal com um filho (20,8% dos domicílios), com 2 filhos (18,9%) ou monoparental (chefiada por mulher – 18,1%), sendo que entre as pessoas de 4 a 24 anos, 55,4% frequentam escola pública e destes, 82,2% estudam em Ceilândia. Já entre a população com 25 anos ou mais, 37,8% tem ensino médio completo; 26,5% tem o ensino fundamental incompleto e 14,2% o ensino superior completo. Além disso, mais da metade da população tem uma ocupação no mercado de trabalho (CODEPLAN. 2019).

Os dados levantados pela CODEPLAN sobre a Ceilândia ressaltam alguns aspectos também observados em nosso espaço escolar. Em 2018, a fim de conhecer um pouco mais o perfil socioeconômico de nossos/as estudantes, sujeitos do processo educativo, foi realizada pesquisa descritiva quantitativa, que nos possibilitou tanto a aproximação como o entendimento da realidade destes. O instrumento de coleta de dados foi um questionário aplicado numa amostragem significativa de alunos/ responsáveis.³

Os entrevistados representaram 17% do total de estudantes do CEF 18 e estavam distribuídos do 6º ao 9º ano. Quando questionados sobre a pretensão para o futuro, em resposta aberta, a grande maioria afirma ambicionar ter um bom emprego. Além disso, a maior parte dos entrevistados mora com os pais e aparenta ter apoio familiar em casa e, de acordo com as respostas, têm equilíbrio emocional para tomar decisões com relação a atitudes provocadas por outrem. O que impressiona é a quantidade de alunos que relataram provocar ferimentos em si mesmos: 21,1%.

Vejamos outros pontos levantados pela pesquisa:

- 55% dos alunos moram em casa própria da família;

³ Devido à inviabilidade de se aplicar o questionário à totalidade dos estudantes do CEF 18, decidiu-se colher informações de uma amostra estatística escolhida aleatoriamente para representar o conjunto de alunos e alunas.

- 63% dos entrevistados moram com o pai, mãe e irmãos. Apenas 13% moram com madrastas ou padrastos. São famílias pequenas, nas quais a maioria tem até três irmãos em casa;
- 54% das famílias têm como responsável financeiro o pai e a mãe. Em 20% só a mãe e 18% só o pai. Quanto à renda familiar, 45% recebem entre um a três salários mínimos e 40% dos entrevistados declararam que recebem acima de três salários mínimos;
- com relação ao grau de instrução do responsável financeiro, 21% dos entrevistados tem o Ensino Superior completo ou estão cursando; 34% têm o Ensino Médio completo e 10% incompleto. Apenas 2% não estudaram e 22% estão em alguma etapa do Ensino Fundamental;
- 25% participam de algum programa assistencial do governo;
- quanto à estrutura das moradias e quadras onde moram, 75% declararam que residem em setores onde há água potável, coleta de lixo regular, iluminação pública e ruas pavimentadas;
- sobre o acesso à internet, 83% responderam que acessam em casa; 6,1% em *lan house* e apenas 5,4% dos alunos informaram que não tem como acessar.

Em janeiro de 2021, no encerramento do ano letivo de 2020, novo questionário foi disponibilizado, desta vez no formato *Google forms*, a fim de observar se há mudanças neste perfil, bem como colher outras informações sobre os/as nossos/as estudantes e suas famílias. Dos 833 estudantes matriculados, 466 responderam ao questionário, perfazendo 55,94% do total de estudantes do CEF 18. Destes, 52,4% são do gênero feminino e 47,6% do masculino; 74,6% se identificam como negros ou pardos e 53% são residentes no P-Sul, mas há estudantes provenientes do Sol Nascente, Setor O, Samambaia e Águas Lindas. Com relação a forma como esses estudantes se deslocam até a escola, mais da metade deles (52,6%) vão a pé. Os demais se deslocam de carro próprio (17,8%), de transporte público (9,4%) ou de transporte escolar (15,2%).

Sobre o acesso à internet, elemento importante ao longo de todo o ano de 2020 em razão do ensino remoto, 91,6% declararam que dispõem, utilizando, sobretudo, o celular (76,6%). Com relação ao acesso, 81,1% tem wi-fi em casa ou se utilizam da rede de amigos e/ou vizinhos (9,4%). Os demais usam dados móveis (8,4%) ou o chip com internet reversa disponibilizado pela SEDF (1,1%). Estes, por sua vez, alegam que, na maioria das vezes, a

internet não funciona de forma adequada. Ainda sobre o ensino remoto, 60,3% afirmam realizar parcialmente as atividades. Dentre os motivos alegados estão a dificuldade de acesso à internet com frequência (16,7%) e de compreensão dos conteúdos (34,5%). Situações que levaram 25,3% dos estudantes a afirmarem que pensaram em parar de estudar em 2020.

4.2 Nível de aprendizagem

Além do questionário socioeconômico, é prática recorrente no CEF 18, desde 2017, a realização de avaliações diagnósticas de Língua Portuguesa e Matemática, que têm se mostrado importantes ferramentas de trabalho para toda a equipe pedagógica. Por meio de tais instrumentos é possível mapear as habilidades adquiridas por nossos/as estudantes ao longo dos anos finais do ensino fundamental, sobretudo no que diz respeito ao raciocínio lógico, à interpretação e resolução de problemas (Matemática) e à leitura e interpretação de textos diversos (Língua Portuguesa). Tal levantamento produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das práticas pedagógicas que a escola adota a fim de desenvolver com êxito o processo de ensino-aprendizagem. As avaliações são elaboradas durante a Semana Pedagógica pelos professores e professoras dos dois componentes curriculares, com o auxílio da coordenação pedagógica e de professores de outros componentes curriculares e são aplicadas na primeira semana de aula, a partir do uso dos descritores da Matriz de Referência Saeb.⁴

A partir da realização destas avaliações por nossos/as estudantes e de sua correção é possível mapear suas principais potencialidades e, sobretudo, fragilidades, a fim de subsidiar a formulação de intervenções e práticas pedagógicas adequadas e afinadas com as necessidades e demandas por eles apresentadas. Abaixo, elencamos as maiores fragilidades

⁴ Para o bloco I (6º e 7º ano), foram usados como referência os temas e seus descritores correspondentes ao 5º ano do ensino fundamental. Para o bloco II (8º e 9º ano), os temas e descritores relativos ao 9º ano do ensino fundamental. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os conteúdos associados às competências e às habilidades desejáveis para cada ano e para cada componente curricular foram subdivididos em partes menores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir. Estas unidades são denominadas "descritores" e estes, por sua vez, traduzem uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos. Os descritores, portanto, especificam o que cada habilidade implica e são utilizados como base para a construção dos itens de diferentes componentes curriculares. Para acesso às matrizes de referência SAEB: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/matrizes-e-escalas>

de nossos/as estudantes nas avaliações realizadas nos anos letivos de 2019 e 2020, por bloco e componente curricular.

Avaliação diagnóstica 2019
Bloco 1

LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros; - Inferir o sentido de uma palavra ou expressão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas. - Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional. - Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).

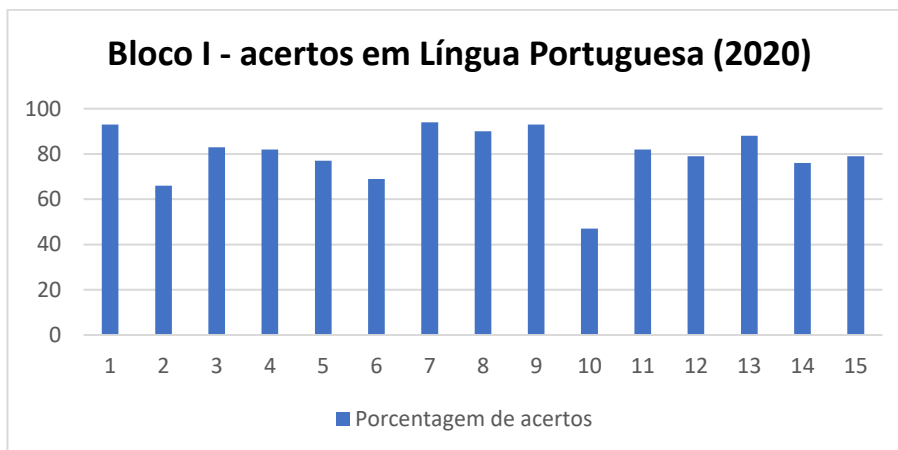
Avaliação diagnóstica 2020
Bloco 1

LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa). - Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.

Com relação ao desempenho dos/das estudantes do bloco I nos anos de 2019 e 2020, são necessárias algumas considerações. No que tange ao componente curricular Língua Portuguesa, observa-se que as dificuldades apresentadas em 2019, explicitadas no maior número de erros em questões com os seguintes descritores: identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros; inferir o sentido de uma palavra ou expressão, foram sanadas ao longo do ano letivo a partir das intervenções realizadas. Isso pode ser percebido pela porcentagem de acertos das questões relacionadas aos descritores acima referidos: 94% e 79%, respectivamente. Quanto à fragilidade em estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto, detectada na avaliação diagnóstica de 2020, há que se considerar algumas particularidades. Se, em 2019 menos de 20% dos/das alunos/as haviam acertado as questões relacionadas a determinados descritores, apontando, assim, suas fragilidades, em 2020, 47% acertaram a

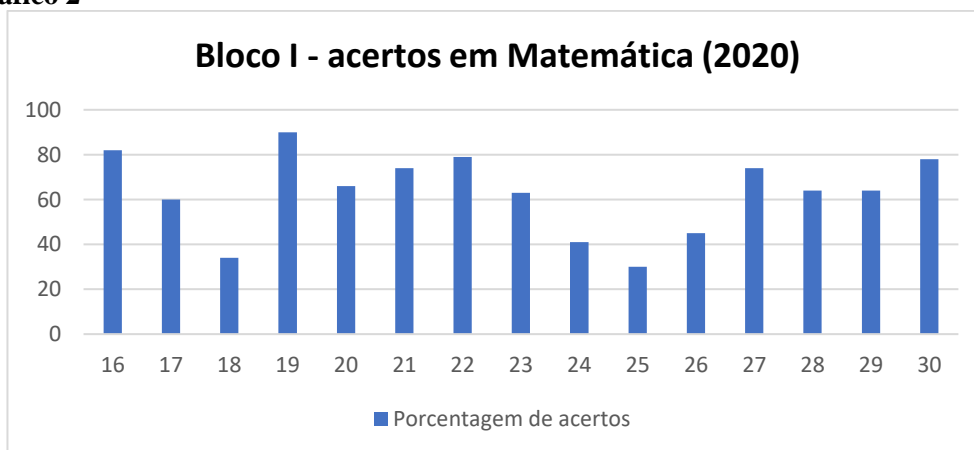
questão relacionada ao descritor acima. Isso indica que houve avanços no trabalho com as habilidades necessárias propostas em Língua Portuguesa, ainda que estejam aquém do almejado.

Gráfico 1



Em Matemática, percebe-se que houve uma melhora significativa na habilidade de reconhecer o princípio do valor posicional do Sistema de Numeração Decimal, que se apresentou como fragilidade em 2019: 64% de nossos/as estudantes conseguiram solucionar a questão proposta. Com relação aos outros dois descritores elencados no quadro acima, que se mantiveram como fragilidades em 2020, indicam que é necessário reforçar as intervenções pedagógicas para as aprendizagens em Matemática.

Gráfico 2



Vejam, agora, o que é possível mapear com relação ao bloco II:

Avaliação diagnóstica 2019

Bloco 2

LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
<ul style="list-style-type: none">- Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.- Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto- Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.	<ul style="list-style-type: none">- Resolver problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação). 24- Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais- Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.

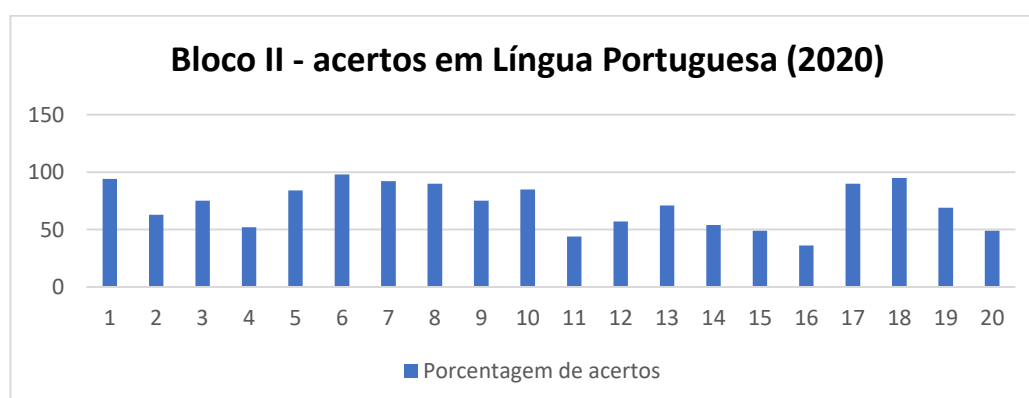
Avaliação diagnóstica 2020

Bloco 2

LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA
<ul style="list-style-type: none">- Inferir uma informação implícita em um texto.	<ul style="list-style-type: none">- Resolver problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).- Resolver problema que envolva porcentagem.

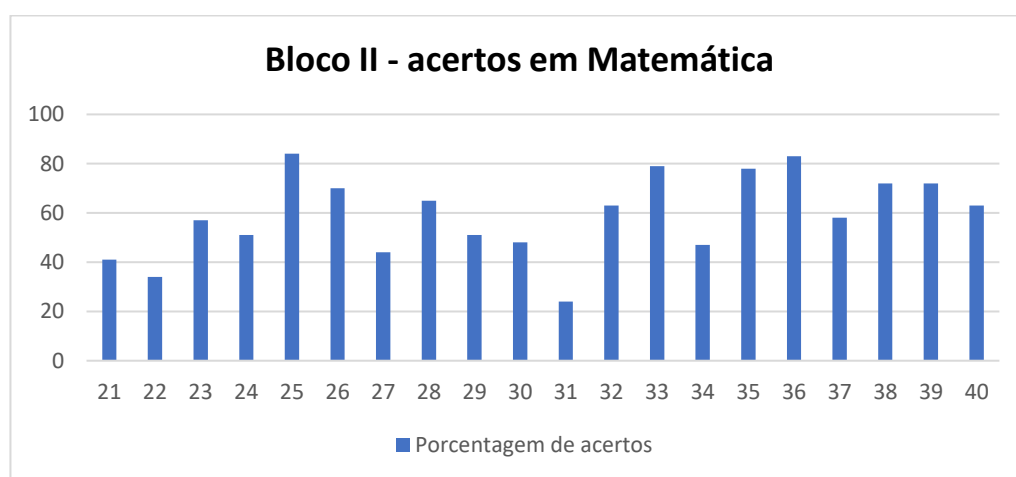
Assim como no bloco I, no bloco II também houve melhora no desempenho nas questões referentes aos seguintes descritores: distinguir um fato da opinião relativa a esse fato; estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc. A porcentagem de acertos, em 2020, foi de 57% e 71% respectivamente. O terceiro descritor, que aponta a fragilidade em diferenciar as partes principais das secundárias em um texto não foi contemplado na avaliação diagnóstica de 2020, impossibilitando qualquer consideração a seu respeito. Foi detectada em 2020, portanto, a fragilidade em inferir uma informação implícita em um texto, com cerca de 36% de acerto na questão proposta.

Gráfico 3



Em Matemática, a situação se assemelha. No que tange a resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos, a mudança foi expressiva: 84% dos/das estudantes acertaram a questão proposta. Não é possível avaliar quanto à habilidade de efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais, uma vez que a avaliação diagnóstica não contemplou tal descritor. Manteve-se a dificuldade em resolver problema com números racionais envolvendo as operações e de resolver problema com porcentagem, o que indica a necessidade de ações interventivas a fim de sanar tais dificuldades.

Gráfico 4



Em razão da pandemia, muitas das ações interventivas planejadas para o ano letivo de 2020, pensadas a partir dos resultados da avaliação diagnóstica e das fragilidades detectadas, precisaram ser interrompidas e/ou adaptadas. Todavia, pretendemos retomá-las com a volta das atividades presenciais, a fim de recuperar as aprendizagens. Para tanto, realizamos no mês de junho a avaliação diagnóstica de Matemática e no início de julho realizaremos a de Língua Portuguesa, que irão subsidiar nossas estratégias para o segundo semestre de 2021 que, possivelmente, será híbrido (presencial e remoto).

4.3 Avaliações externas

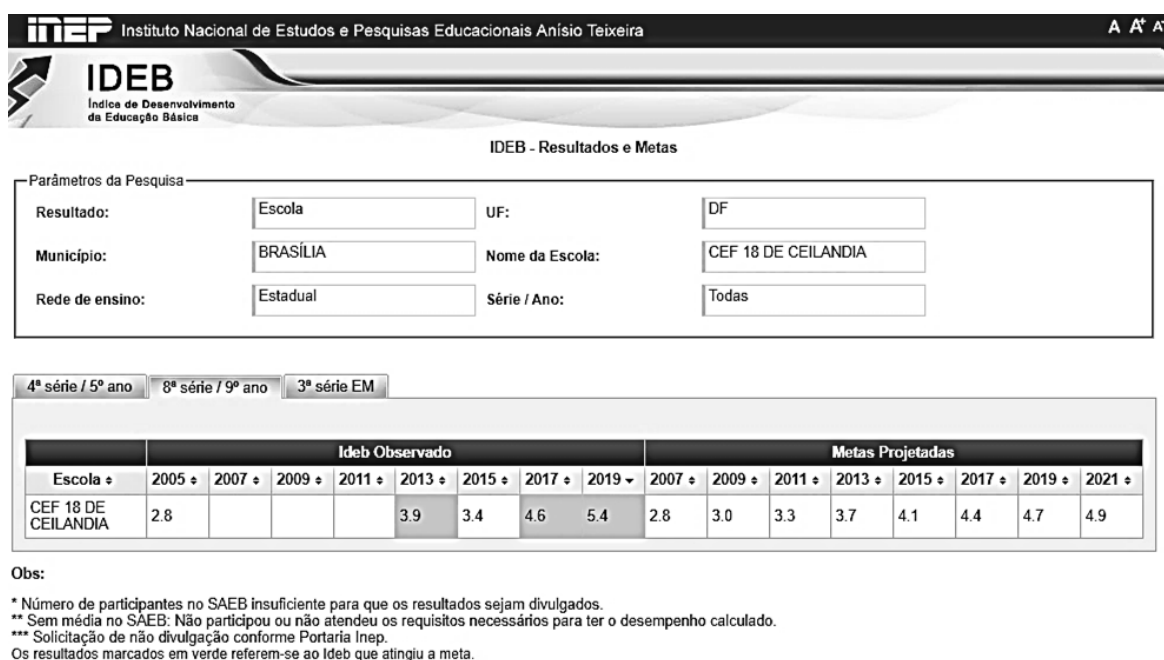
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador criado pelo INEP em 2007. Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), ele é calculado por meio de uma

fórmula matemática que combina o desempenho dos/as alunos/as em avaliações externas nacionais (SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica) com a taxa de aprovação do Censo Escolar. Com o IDEB, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores a relação entre a aprendizagem e fluxo escolar (taxa de aprovação).

O índice é medido a cada dois anos e é um importante marcador para a condução de políticas públicas em prol da qualidade da educação. Além disso, funciona como ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a Educação Básica que estabelece, como objetivo para 2022, que o IDEB do Brasil seja 6,0 (média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável aos países desenvolvidos). O IDEB funciona, portanto, como um instrumento de monitoramento da qualidade do ensino tanto no âmbito das escolas como no dos sistemas de ensino. As metas são parâmetros para que se identifiquem, de um lado, os ganhos de aprendizagem e as melhorias das redes de ensino e, de outro, os pontos e aspectos que precisam ser melhorados.

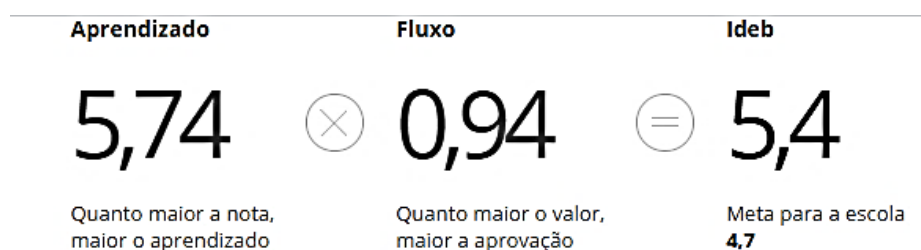
Em 2019, ano da última avaliação realizada, o CEF 18 não somente atingiu a meta do IDEB traçada como cresceu e ultrapassou a projeção para o ano de 2021, como é possível ver nas imagens abaixo:

Figura 1

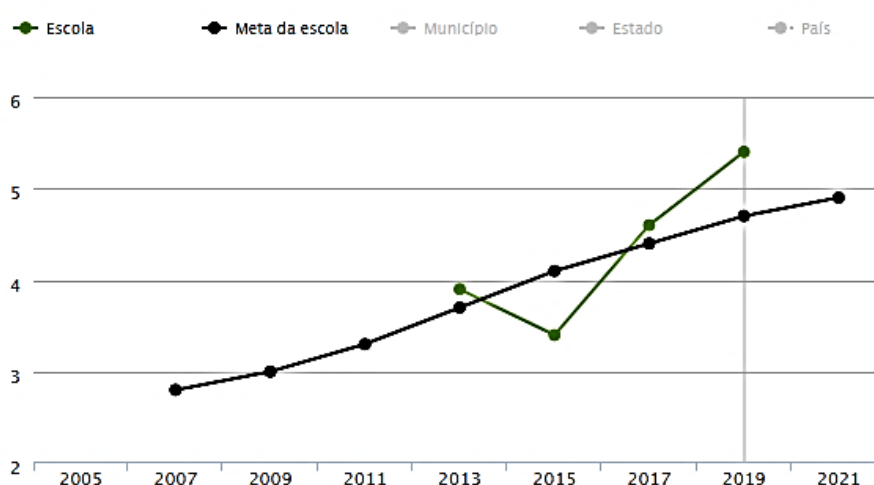


Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=5213384>

Figura 2



EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2019).

Fonte: <https://www.qedu.org.br/escola/242914-cef-18-de-ceilandia/ideb>

Além disso, há de se ressaltar que o CEF 18 ficou entre as 10 melhores médias do IDEB 2019 dentre as escolas públicas de ensino fundamental – anos finais do Distrito Federal e alcançou a maior média entre as escolas de ensino fundamental – anos finais da Coordenação Regional de Ceilândia (CRE Ceilândia): 5,4. Segundo informações da Unidade de Educação Básica (UNIEB) da CRE Ceilândia, os resultados abaixo são das escolas públicas da Ceilândia, por componente curricular, no SAEB, um dos marcadores que compõe a nota do IDEB, comparadas com a média do Distrito Federal. Ainda de acordo com a UNIEB, o CEF 18 alcançou 274,91 em Língua Portuguesa e 269,78 em Matemática:

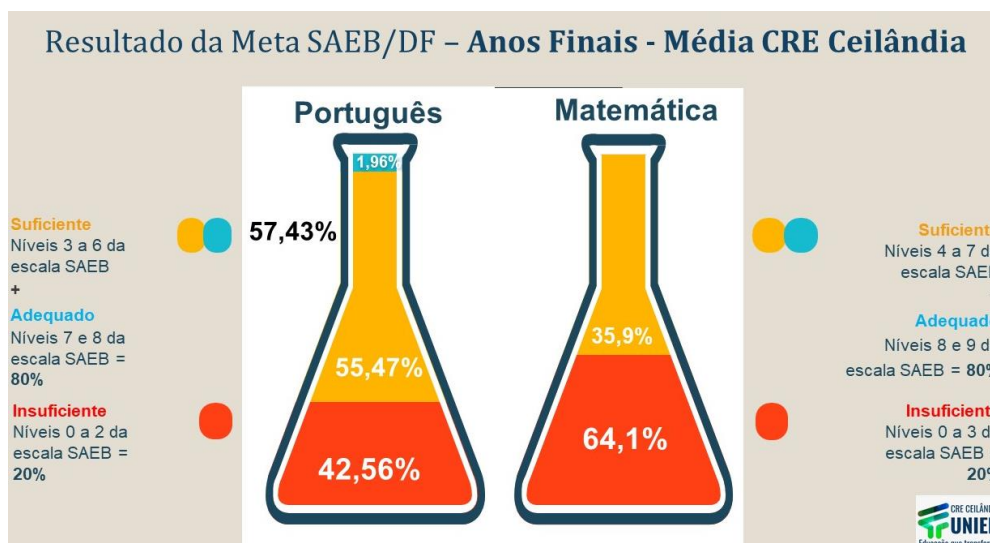
Figura 3



Fonte: UNIEB/CRE Ceilândia

Observa-se que as notas obtidas pelo CEF 18 foram superiores às obtidas pelas escolas da CRE Ceilândia e ficaram relativamente próximas às maiores notas do Distrito Federal. Todavia, mesmo que tais notas e o índice do IDEB tenham sido positivos, encontram-se aquém do que pretendemos alcançar. Ainda há um número significativo de estudantes que não dominam competências e habilidades fundamentais dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, identificadas pelos descritores da matriz de referência SAEB e traduzidos pela Escala de Proficiência SAEB. Vide os dados abaixo relativos ao desempenho de nossos/as estudantes na avaliação, por componente curricular e a porcentagem por níveis na Escala de Proficiência SAEB em comparação com as metas traçadas pela SEDF:

Figura 4



Fonte: Fonte: UNIEB/CRE Ceilândia

Em suma, os resultados alcançados evidenciam que, apesar das melhoras obtidas a partir de 2017, ainda estamos longe do cenário ideal, haja vista termos estudantes que demonstram um aprendizado insuficiente nos componentes curriculares Matemática e Língua Portuguesa. Isto significa que estes alunos e alunas dominam, muitas vezes com dificuldades, as habilidades mínimas necessárias e esperadas para o 9º ano. É preciso garantir que, do 6º ao 9º ano, todos e todas tenham o direito de aprender, que tenham suas aprendizagens garantidas e que alcancem habilidades e competências esperadas. Este é o esforço que temos feito e pretendemos intensificar ao longo do ano letivo de 2021.

5. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Como define a LDB, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (1996, art. 22). Nessa direção, aponta quais seriam as principais funções da escola, a saber, o acesso ao conhecimento, que possibilite, inclusive, a inserção no mercado de trabalho e/ou o prosseguimento nos estudos e a formação de cidadãos e cidadãs.

Tendo isto em vista, acreditamos, como propõe José Carlos Libâneo, que a função social da escola é

proporcionar, a todas as crianças e jovens, em condições iguais, o acesso aos conhecimentos da ciência, da cultura e da arte, bem como o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e a formação da cidadania. No entanto, falar de igualdade é considerar, ao mesmo tempo, a diferença, pois, se a escola recebe sujeitos muito diferentes entre si, ela precisa enfrentar a realidade da diversidade como condição para ser integradora de todos. (LIBÂNEO, 2012, p.26)

Para que cumpra tal função, é preciso que a escola, percebida como instituição viva e que integra diferentes atores, propicie possibilidades igualitárias de acesso e construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que respeite a diversidade de espaço e tempo de aprendizagem de seus principais sujeitos, os estudantes. Deve, portanto, orientar-se pelo princípio de uma educação de qualidade para todos e todas, que não seja excludente e que propicie um processo de ensino-aprendizagem adequado às mais diferentes necessidades, ao

estimular potencialidades e sanar fragilidades. Afinal, como afirma Libâneo, “não há cidadania se os alunos não aprenderem” (LIBÂNEO, 2012, p.26).

Se é no espaço escolar que os indivíduos forjam suas identidades e diferenças, produzidas a partir de relações sociais e culturais, este deve ser espaço de promessa e de possibilidade, como nos ensina Bell Hooks (2013). Na concepção da autora, com a qual concordamos, conhecimento é mais do que pura acumulação de informações: é aprendizado e construção de novas ideias, é troca, tendo a sala de aula como seu palco principal, espaço de formação de uma comunidade de aprendizado. Nessa direção, “o aprendizado, em sua forma mais poderosa, tem de fato um potencial libertador.” (HOOKS, 2013, p.13)

Sendo assim, acreditamos que, como instituição escolar, é função do CEF 18, como espaço singular de produção do saber, propiciar o acesso ao conhecimento já produzido e sistematizado em diferentes componentes curriculares, bem como estimular uma postura investigativa, curiosa e questionadora frente a este mesmo conhecimento para todos/as os/as estudantes, respeitando suas particularidades. Ao mesmo tempo, também é nossa função auxiliar na formação de cidadãos e cidadãs autônomos, agentes transformadores tanto do ambiente escolar como de sua comunidade.

6. MISSÃO E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

De acordo com o *Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota*, que orienta as ações de toda a rede pública do Distrito Federal, a missão da SEDF é:

Proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes. (PPP Carlos Mota, 2012, p. 25).

Diante disso e cientes da função social da escola, acreditamos que é missão do CEF 18, como parte integrante da SEDF, propiciar aos/às estudantes uma educação de qualidade, tendo como ponto de partida seu protagonismo e agência. Almejamos formar cidadãos e cidadãs atuantes na sociedade na qual vivem, que sejam cientes de seu protagonismo, sujeitos de suas próprias vidas e histórias e que construam com liberdade o futuro que

anseiam. A escola como um espaço em que as desigualdades sejam questionadas e problematizadas e que esteja sintonizado com as questões atuais e com a sociedade que se pretende construir. Processo permeado pelo princípio da gestão democrática e da proposta de formação integral dos estudantes.

7. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRATIVAS

O CEF 18 almeja construir práticas pedagógica e administrativa eficazes e eficientes, capazes de torná-la uma escola inclusiva, que possibilite um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e significativo, a partir de ações transformadoras. Um espaço que estimule o diálogo, o pensamento crítico, o questionamento e o compartilhamento de ideias, emoções e saberes em um ambiente harmonioso, onde a ética e o respeito mútuo façam parte de sua rotina. Uma escola que use sua autonomia para criar, colaborar e avaliar suas ações, comprometida com a formação integral do estudante, que ofereça subsídios para que este conquiste a sua cidadania e a exerça plenamente, construindo uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e sustentável.

Para tal, no que se refere às questões administrativas, orienta-se pelos princípios da gestão democrática, definidas pela lei 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, tais como a participação da comunidade escolar nas definições e implementação de decisões referentes à escola; a transparência na gestão escolar; o respeito à diversidade e à pluralidade de ideias, bem como a valorização de nossa equipe; a criação de um ambiente seguro e propício ao aprendizado e a democratização das relações pedagógicas e de trabalho, dentre outros (2012, art.2º). São princípios que asseguram tanto a autonomia da escola como o seu caráter público, ou seja, de pertencimento à coletividade.

Além disso, norteia-se pelos princípios pedagógicos definidos pelo *Currículo em Movimento* da SEDF, que sublinha um trabalho pedagógico fundamentado na ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, promovendo a cidadania e a valorização de saberes preexistentes dos/das estudantes. Que propicie a construção de conhecimento para além das barreiras dos componentes curriculares, a partir da perspectiva dos eixos transversais, de grandes temáticas convergentes, a saber: educação para a diversidade e cidadania; educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade. Em

outras palavras, uma prática pedagógica centrada nos/nas e para os/as estudantes, que priorize suas aprendizagens mais do que a prescrição de conteúdos, oportunizando a construção de conhecimento significativo e de interesse social.

8. OBJETIVOS

- Construir um ambiente harmonioso, investindo na qualidade do convívio escolar com base no respeito mútuo, para a compreensão e valorização da dignidade humana;
- promover a integração família-escola;
- criar um espaço permanente de diálogo com a comunidade escolar para o debate de propostas pedagógicas, administrativas, prestação de contas e distribuição das verbas recebidas pela escola;
- conhecer o território de atuação e o perfil da comunidade escolar;
- fortalecer o espaço da coordenação pedagógica;
- estimular a formação continuada dos profissionais da escola;
- incentivar a leitura;
- fortalecer o Conselho de Classe, uma instância deliberativa, integrada ao processo educativo;
- tornar ativo o Conselho Escolar;
- oportunizar práticas pedagógicas inovadoras e diferenciadas, centradas nas necessidades e nas aprendizagens de nossos/as estudantes;
- proporcionar aos/às alunos/as contato com as mais diversas manifestações artísticas e culturais;
- fortalecer a avaliação diagnóstica institucional e melhorar os índices em avaliações externas;
- trabalhar a avaliação das aprendizagens utilizando instrumentos diversificados;
- promover o acompanhamento contínuo dos/das estudantes no cotidiano escolar, dentro da perspectiva da avaliação formativa;
- desenvolver ações que integrem os ENEE e oportunizem suas aprendizagens.

9. CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Para além dos marcos legais e documentos orientadores a nível nacional e local⁵ que fundamentam este projeto político-pedagógico e embasam o trabalho desenvolvido pelo CEF 18, também nos apoiamos em alguns pressupostos teóricos, concepções que norteiam nossas práticas pedagógicas com foco nas aprendizagens, a fim de possibilitar a todos/as estudantes o direito de aprender.

Assim como o *Currículo em Movimento* da SEDF, esta PP também está fundamentada nas proposições da Pedagogia Histórico-Crítica. Nesta perspectiva, acreditamos que, assim como defende Demerval Saviani, a educação é a mediação da elaboração do conhecimento no seio da prática social e sua socialização. Em outras palavras, a escola é espaço privilegiado de difusão do conhecimento e da cultura socialmente produzidos pela humanidade ao longo do tempo. De acordo com o autor, este saber já existente a ser socializado não é estático ou acabado. Ele é “susceptível de transformação, mas sua própria transformação depende de alguma forma do domínio deste saber pelos agentes sociais. Portanto, o acesso a ele impõe-se.” (SAVIANI, 2011, p.68).

Tendo isto em vista, a prática pedagógica oriunda de tal concepção deve ser orientada por métodos que

estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 1999, p.79)

Nesse sentido, o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem é sempre a prática social e os conhecimentos preexistentes dos/das estudantes. Afinal, todo mundo sabe algo. A partir disso, é possível detectar quais questões devem ser solucionadas e que conhecimento é necessário mobilizar (problematização), apropriando-se de instrumentos teóricos e práticos para a resolução das questões (instrumentalização). Neste movimento,

⁵ Dentre estes documentos destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei da Gestão Democrática do Distrito Federal, a *Base Nacional Comum Curricular*, o *Currículo em Movimento* da Secretaria de Educação do Distrito Federal, *Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal* e as *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo*.

que não é linear, mas dinâmico, elabora-se novas formas de entendimento (catarse) e cria-se possibilidades de compreensão e ação nas práticas sociais (SAVIANI, 1999, p.79-82). Trata-se, portanto, de abordagem cujo cerne e compromisso é a transformação da sociedade, por meio de ações concretas nas práticas sociais a partir do domínio de um conhecimento histórica e socialmente construído. Ações concretas que possibilitem mudanças nas relações sociais, tornando-as mais justas e igualitárias e promovendo uma sociedade cada vez mais cidadã.

Nessa direção, também consideramos que a escola, mais do que local de instrução e difusão de saberes, é também espaço “configurado e configurador de uma cultura escolar, onde se confrontam diferentes forças e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais”, espaço singular de construção do saber escolar (MONTEIRO, 2003, p.12). Saber escolar compreendido como

um conhecimento com configuração cognitiva própria, relacionado mas diferente do saber científico de referência, e que é criado a partir das necessidades e injunções do processo educativo, envolvendo questões relativas à transposição didática e às mediações entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano, bem como às dimensões histórica e sociocultural numa perspectiva pluralista. (MONTEIRO, 2007, p.14)

Dito de outra forma, acreditamos que no espaço escolar se constitui um conhecimento que, embora dialogue com o saber científico, produzido, sobretudo, no espaço das universidades, tem características e preocupações próprias e é fruto da ação de docentes e estudantes a partir de suas diferentes experiências. Nessa perspectiva, professores/as e alunos/as encontram-se no centro da produção deste saber, como sujeitos deste processo. Assim, cabe aos docentes reorganizar, selecionar e reestruturar os conhecimentos de referência, tornando-os acessíveis, mediando o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista os anseios e os questionamentos das/dos estudantes. Afinal, não há processo de ensino-aprendizagem desenraizado da realidade e muito menos desvinculado de aspectos socioculturais de nossa contemporaneidade. Sendo assim, faz-se necessário pensar práticas educativas que priorizem questões presentes no cotidiano de nossos/nossas estudantes e que os/as coloquem no centro do processo de construção do conhecimento escolar.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O trabalho pedagógico do CEF 18 está organizado, conforme preconizado pela SEDF, em ciclos de aprendizagem. Segundo as *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*, os ciclos

caracterizam-se principalmente pela relação entre os processos de ensinar e de aprender, pela ampliação dos tempos de aprendizagem, pela utilização de espaços diversificados com fins pedagógicos, pela progressão continuada e pela avaliação formativa. (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS..., 2014, p.17)

Com o foco nas aprendizagens, tal forma de organização do trabalho pedagógico visa atenuar as dificuldades encontradas por estudantes ao longo de seus percursos, o que muitas vezes ocasiona retenção e evasão escolar. Longe de enfatizar uma noção classificatória do aprendizado, em que o/a estudante é percebido pelo que não sabe, a organização em ciclos enfatiza o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de alunos e alunas. Ao propor que as intervenções pedagógicas aconteçam de modo constante, sempre respeitando os ritmos e tempos diferenciados de aprendizagem, a organização do 3º ciclo contribui tanto para a permanência como para as aprendizagens significativas de nossos/as estudantes.

Partindo desse entendimento e atuando de acordo com a proposta do 3º ciclo para as aprendizagens, o CEF 18 está organizado da seguinte forma:

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS	
1º bloco (6º e 7º anos)	2º bloco (8º e 9º anos)
- Estudantes com 11 e 12 anos de idade, com flexibilidade; - Possibilidade de reprovação no final do bloco (7º ano).	- Estudantes com 13 e 14 anos de idade, com flexibilidade; - Possibilidade de reprovação no final do bloco (9º ano).

Fonte: DIRETRIZES PEDAGÓGICAS..., 2014, p.18.

Para que a organização escolar em ciclos alcance seus objetivos, o espaço da coordenação pedagógica coletiva é primordial, uma vez que contribui com a formação continuada dos profissionais de educação, ao mesmo tempo em que propicia a troca de ideias e experiências que estimulem as aprendizagens e a reflexão crítica sobre o fazer pedagógico entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, pretende-se ao longo do ano letivo de 2021 reforçar tal espaço de diálogo, a fim de consolidar os avanços observados nas coordenações pedagógicas no ano de 2020 e as práticas pedagógicas bem

sucedidas delas resultantes. Isso envolve, inclusive, os profissionais da Sala de Recursos, SOE e SEAA, num movimento integrador que visualiza o processo de ensino-aprendizagem em sua totalidade. Nesse sentido, no espaço das coordenações específicas, são discutidos o planejamento bimestral, as metas, estratégias e planos de ação para as aprendizagens e, nas coordenações coletivas, priorizamos os momentos de estudo e formação continuada, a fim de orientar as ações coletivas.

Assim, o CEF 18 organiza seu trabalho pedagógico de acordo com as premissas estabelecidas pelas *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*, a saber: gestão democrática, formação continuada, coordenação pedagógica, avaliação formativa e organização e progressão curricular.

Cabe ressaltar que, em razão da situação de emergência da saúde pública, ocasionada pela pandemia de coronavírus, da experiência com o ensino mediado por tecnologias ao longo do ano de 2020 e neste primeiro semestre de 2021, junto a incerteza quanto à volta completa das atividades presenciais, o CEF 18 organiza-se para o ano letivo de 2021 tendo em vista as seguintes possibilidades:

- ensino remoto: ensino mediado por tecnologias, seja em sua forma impressa ou eletrônica (ambiente virtual de aprendizagem);
- ensino presencial: previsto para o segundo semestre de 2021;
- ensino híbrido: alternando as formas presencial e remota (segundo semestre de 2021).

Tendo isto em vista, neste primeiro semestre de 2021, a organização dos tempos e espaços de aprendizagem está centrada no ensino remoto, com aulas on-line por meio da plataforma Escola em Casa DF/Google *Classroom* e, no caso dos/das estudantes que não possuem instrumentos (telefones, notebooks, computadores, tablets, dentre outros) e/ou internet, o uso do material impresso.

Para os/as estudantes inseridos na plataforma, o horário de aulas foi pensado em consonância com a legislação vigente e com todas as Orientações para o Retorno às Aulas de forma não presencial e em conformidade com a Recomendação Nº 1/2020 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que observa que os discentes dos anos finais não devem ultrapassar 3h (três horas) de aprendizagens em atividades remotas. Desta forma, o CEF 18 reorganizou seu horário para melhor atender aos alunos e às alunas na Plataforma Escola em Casa DF, de modo a facilitar o ensino aprendizagem dos estudantes, adequando o tempo recomendado pelo CEDF, propiciando o atendimento e acompanhamento por parte dos

professores na realização de cada atividade proposta na plataforma e evitando a evasão e o absenteísmo.

Ao estabelecer dia e hora para cada componente curricular, procuramos facilitar a organização e o estabelecimento de uma rotina de estudos para os discentes, com quantidade de atividades postadas a depender da evolução de aprendizagem de cada turma/e ou aluno. A partir de conteúdos e respectivos objetivos de aprendizagens conforme o *Currículo em Movimento*, previamente determinados em coordenações e divididos por semana, aula/a aula, os professores e professoras encaminham à coordenação e esta sugere, orienta ou referenda as atividades a serem postadas na Plataforma Escola em Casa DF, seja por videoconferência, vídeos, atividades escritas, uso do formulário já presente na plataforma, dentre outros.

HORÁRIO MATUTINO

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Português/8h às 9h	Matemática/8h às 9h	Ciências/8h às 9h	História /8h às 9h	Arte/8h às 9h
Português/9h às 10h	Matemática/9h às 10h	Ciências/9h às 10h	História /9h às 9h30	Arte/9h às 9h30
Português/10h às 11h	Matemática/10h às 11h	Ed. Fís. /10h às 11h	Geografia/9h30 às 10h	Inglês/9h30 às 10h
			Geografia/10h às 11h	Inglês/10h às 11h

HORÁRIO VESPERTINO

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Português/13h às 14h	Matemática/13h às 14h	Ciências/13h às 14h	História /13h às 14h	Arte/13h às 14h
Português/14h às 15h	Matemática/14h às 15h	Ciências/14h às 15h	História /14h às 14h30	Arte/14h às 14h30
Português/15h às 16h	Matemática/15h às 16h	Ed. Fís. /15h às 16h	Geografia/14h30 às 15h	Inglês/14h30 às 15h
			Geografia/15h às 1h	Inglês/15h às 16h

Todavia, faz-se necessário ressaltar que os atendimentos de professores e professoras aos estudantes não se limitam a esses momentos fixados pelo horário escolar. Fica garantido às alunas e aos alunos, a qualquer momento durante o seu turno, o contato e o diálogo com os docentes, que estão à sua disposição no ambiente virtual de aprendizagem. Cabe ao professor e à professora adequar e ajustar a carga horária de seu componente curricular com atividades complementares (atividades práticas, leitura, pesquisas, dentre outros) fora do

período de aulas remotas, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos de aprendizagem estabelecidos.

Com relação aos estudantes que recebem o impresso, os professores e professoras também encaminham à coordenação o material produzido para sugestões e orientações antes de sua reprodução. Pronto, o material é distribuído aos/às estudantes a cada início de bimestre e devolvido próximo ao término do bimestre. Assim que passa pelo tempo de quarentena, o material é digitalizado e encaminhado aos professores e professoras para correções e *feedback* aos/às estudantes, na maioria das vezes por mensagens no Whatsapp.

A fim de possibilitar tanto a presença na plataforma e o acesso ao material impresso, como a participação e realização nas/das atividades, com vistas a garantir o direito à aprendizagem, o CEF 18 tem utilizado diferentes canais de diálogo com a comunidade escolar e o apoio de diferentes profissionais nesta tarefa. Além da plataforma Escola em Casa DF/Google *Classroom*, grupos de Whatsapp foram criados para estabelecer um contato direto com pais, mães, responsáveis e estudantes, assim como a página no Instagram (@cef18.ceilandia) tem sido constantemente atualizada, com o intuito de manter a comunidade informada e atualizada sobre as ações implementadas.

Nesta tarefa, temos contado com o suporte do Serviço de Orientação Educacional (SOE), do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) e dos profissionais da carreira assistência, que vem atuando tanto na busca ativa como na escuta e orientação de pais, mães, responsáveis e estudantes. Desta forma, assim que os/as professores/as detectam a ausência dos/das estudantes, a equipe de apoio age imediatamente na tentativa de compreender as razões e auxiliar nas dificuldades apresentadas. São ações que visam garantir a permanência e o êxito escolar dos/as estudantes.

11. CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Como dito anteriormente, a organização do trabalho pedagógico parte de alguns princípios, dentre eles, a avaliação. Avaliar é condição inerente às nossas práticas sociais, uma vez que se trata de ato realizado constantemente em nosso dia-a-dia: quando atribuímos estrelas para um motorista de aplicativo, quando comparamos o serviço de diferentes estabelecimentos comerciais, quando analisamos o *look* de alguém, entre tantas ocasiões. No

ambiente escolar, a avaliação é parte constitutiva e constituinte das práticas pedagógicas e permeia todo o processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, há diferentes formas de entender o que é a avaliação e seu papel no cotidiano escolar. Desta forma, acreditamos ser necessário explicitar nossa compreensão da avaliação e sua função no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, nos orientamos pela concepção de avaliação formativa, instrumento e prática que, como define Benigna Villas Boas, parte do princípio de que

os professores analisam, de maneira frequente e interativa, o progresso dos alunos, para identificar o que eles aprenderam e o que ainda não aprenderam, para que venham a aprender, e para que reorganizem o trabalho pedagógico. Essa avaliação requer que se considerem as diferenças dos alunos, se adapte o trabalho às necessidades de cada um e se dê um tratamento adequado aos seus resultados. Isso significa levar em conta não apenas os critérios de avaliação, mas, também, tomar o aluno como referência. (VILLAS BOAS, 2001, p.163)

Assim, o que diferencia esse tipo de avaliação da chamada avaliação somativa (classificatória) é o seu propósito e o seu efeito: o processo de desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes, para que eles aprendam a aprender. Desta forma, não são os instrumentos e procedimentos avaliativos que definem a função formativa, mas a intenção do avaliador, no caso o/a professor/a, e o uso que faz deles. E é sobretudo pelo uso do *feedback*, do retorno dado aos/às estudantes que tal função se concretiza. Este é central nas práticas avaliativas, uma vez que é por meio dele que os professores indicam aos estudantes o quão bem sucedidos eles foram em seu desenvolvimento.

Tendo isto em vista, é fundamental, como sugere a Benigna Villas Boas, apoiada em estudos internacionais, que se desenvolva “culturas de avaliação”, ou seja, que se use “informações sobre o desempenho dos alunos para gerar novos conhecimentos a partir do que tem dado bons resultados, partilhar as descobertas com colegas e construir sua capacidade de atender as necessidades de aprendizagem de seus alunos.” (VILLAS BOAS, 2001, p.164) Em outras palavras, que todos os profissionais envolvidos no processo pedagógico adotem uma linguagem comum sobre os objetivos de aprendizagem e do ensino, que tenham clareza dos propósitos da avaliação para atingir os objetivos traçados. Portanto, é necessário que alunos e alunas “a) conheça[m] o que se espera dele[s] (objetivos da aprendizagem); b) seja[m] capaz[es] de comparar o seu nível atual de desempenho com o

esperado; c) se engaje[m] na ação apropriada que leve ao fechamento da distância entre os níveis.” (VILLAS BOAS, 2001, p.167)

Nesta perspectiva, a avaliação perpassa todas as práticas pedagógicas, tendo sempre como foco as aprendizagens dos/as estudantes e pode ser percebida em três níveis, tal como explicitado pelas *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*: 1) avaliação para as aprendizagens: o que os estudantes aprenderam, o que ainda não sabem e quais intervenções são necessárias para que avancem; 2) avaliação institucional: do trabalho pedagógico da escola; 3) avaliação em larga escala: avaliações aplicadas por equipes externas à escola (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS..., 2014, p.35).

Tendo isso em vista, o trabalho pedagógico desenvolvido pelo CEF 18 se orienta pela concepção de avaliação formativa em todos os três níveis explicitados acima. Tal direcionamento implica em centrar nossas práticas pedagógicas na figura do/a estudante e considerar seu processo de aprendizagem. Para tanto, nossas ações e estratégias de avaliação estão assim direcionadas:

- Avaliação institucional: apoia-se na avaliação diagnóstica, realizada no início do ano letivo, a fim de mapear as fragilidades e potencialidades de nossos/as estudantes e dar subsídios ao planejamento pedagógico. De posse desses indicadores, a equipe pedagógica prossegue com a diagnose contínua, sobretudo nos espaços da coordenação pedagógica e do conselho de classe, reavaliando, planejando novas ações e/ou dando continuidade às práticas de êxito no espaço escolar.
- Avaliações em larga escala: os resultados de avaliações como a Prova diagnóstica da SEDF, integrante do Sistema Permanente de Avaliação do Distrito Federal (SIPAE/DF) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a nível nacional, subsidiam a gestão escolar e os/as docentes, assim como as avaliações diagnósticas institucionais, para que as estratégias pedagógicas possam ser planejadas, propostas e executadas, a fim de propiciar o desenvolvimento das aprendizagens de nossos/as estudantes.
- Avaliação para as aprendizagens: tendo como principal espaço a sala de aula, é direcionada por nossos/as professores/as, a partir das discussões e diálogos estabelecidos nas coordenações e conselho de classe, tendo como referência a avaliação diagnóstica. Ocorre por meio de diferentes estratégias, tais como

projetos interventivos, reagrupamentos, acompanhamento pedagógico individual e coletivo, contrato pedagógico, oficinas, seminários, estudos dirigidos, dentre outros.

Neste momento em que ainda permanecemos em ensino remoto, em que a avaliação das aprendizagens é ainda mais desafiadora e necessária, o espaço do Conselho de Classe configura-se como primordial em nosso trabalho pedagógico. Afinal, como afirmam as *Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*, esta instância cumpre “**papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que eles não aprenderam e o que deve ser feito, por todos, para que as aprendizagens aconteçam**”. (2018, p.61. Grifos no original). Ele é, portanto, espaço primordial da avaliação formativa, da avaliação de todos os processos que ocorrem na unidade de ensino e instância onde projetos, ações e soluções são pensados no intuito de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, o Conselho é espaço que busca reavaliar os processos de avaliação e participação dos(as) estudantes, de modo a garantir novas possibilidades de avanço das aprendizagens, bem como minimizar os impactos negativos e as desigualdades geradas pelo ensino remoto.

Não por acaso, a própria Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), ao reconhecer as medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia da COVID-19 e atenta ao impacto gerado pela suspensão das aulas presenciais, desde o mês de março de 2020, vem estabelecendo novos direcionamentos tanto no trabalho das escolas como no modo como os processos de ensino e aprendizagem estão sendo compreendidos. Desse modo, a Secretaria de Educação, ao compreender as diferentes realidades e o ano atípico em que nos encontramos, propôs maior flexibilidade quanto à avaliação dos(as) alunos(as). Sendo assim, os critérios quanto à aprovação e à retenção escolar precisaram ser revistos, ao considerar o formato das aulas, as quais foram organizadas e disponibilizadas pela plataforma *Google Classroom* e as ações de intervenção realizadas como por exemplo, a adequação das atividades e o contato com os(as) estudantes por diversos meios e plataformas. Nessa compreensão, dados os níveis de frequência e participação nas aulas e mesmo que os alunos e alunas não tenham alcançado todos os objetivos de aprendizagem para o presente ano letivo, os(as) mesmos(as) serão aprovados(as) no entendimento de que, nos próximos anos serão retomados os conteúdos e os objetivos necessários para o avanço escolar. Assim, só

seriam retidos aqueles/as que não foram localizados/as ou que não realizaram nenhuma atividade em nenhum componente curricular.

Nesse sentido, tal como sinalizado pela Circular nº 6/2021 – SEE/SUBEB, de 18 de janeiro de 2021, será possível nesse momento atípico visualizar o avanço dos(as) estudantes tendo em vista o Ciclo-Letivo 2020-2021. Assim, o parecer favorável quanto ao avanço dos alunos e alunas busca considerar cada caso, buscando respeitar não só o tempo específico das aprendizagens, mas as condições físicas e sociais quanto ao acesso às aulas em tempos de pandemia. Cabe ressaltar, ainda, que o Conselho de Classe, a partir de sua importância e representatividade, buscou não só reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pela equipe docente diante do formato das aulas remotas, como também identificar a realidade dos(as) alunos(as) de nossa comunidade, considerando as novas possibilidades de aprendizagem por meio do Replanejamento-Curricular 2020-2021. Tal como apresentado pela Circular nº 246 da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, a proposta de replanejamento curricular foi amplamente discutida pelos professores e professoras de nossa escola, em coordenações coletivas e específicas por área, buscando somar esforços para a dinâmica do trabalho pedagógico a ser desenvolvido e das estratégias de intervenção que serão adotadas.

12. ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DA ESCOLA

Para que uma aprendizagem efetiva e significativa seja alcançada, é necessário que o trajeto seja definido com clareza, que objetivos de aprendizagem sejam traçados e alcançados, tendo como ponto de partida temas/conteúdos preestabelecidos. Que sejam priorizadas as competências⁶ esperadas de nossos/as estudantes, a partir do estímulo das habilidades consideradas primordiais. Sendo assim, orientamo-nos pela *Base Nacional Comum Curricular* e pelo *Currículo em Movimento* (2018), que estabelecem as aprendizagens essenciais a alunos e alunas dos anos finais da Educação Básica, garantindo um patamar comum as aprendizagens dos/das estudantes.

De acordo com a *BNCC*, são competências gerais da Educação Básica:

⁶ A *BNCC* define competências como aquilo que os/as estudantes devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)”. (*BNCC*, 2018, p.13).

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p.09-10)

A fim de garantir o domínio de tais competências, o CEF 18 orienta-se pelo *Currículo em Movimento* da SEDF, a partir de sua reconstrução no cotidiano escolar. Afinal, como este documento sublinha, sua concretização ocorre no chão da escola, a partir de suas especificidades, de suas propostas pedagógicas e do trabalho constante de (re)significação (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 2014, p.20). Trata-se, portanto, de compreender o currículo como movimento, produto histórico, social e cultural. Nas palavras de Arlette Gasparello, trata-se de compreendê-lo como “artefato resultante de múltiplas demandas, pressões, interesses e saberes internos e externos à instituição escolar. É compreendê-lo

como *processo* e como parte do *ambiente* situado, contingente e contraditório do universo escolar.” (GASPARELLO, 2007, p.77).

Cientes disso e tendo como foco as particularidades e as necessidades de nossos alunos e alunas, detectadas a partir das avaliações diagnósticas, o *Currículo em movimento* é constantemente avaliado, em planejamentos bimestrais, de modo a definir conteúdos/temas e objetivos de aprendizagem/habilidades a serem trabalhados nos diferentes componentes curriculares. Desta forma, é no espaço das coordenações pedagógicas que o documento é discutido conjuntamente por professores/as dos componentes curriculares e coordenadores pedagógicos, a fim de fazer seleções, traçar caminhos, reorganizar rotas com vistas a atingir de modo cada vez mais efetivo os objetivos de aprendizagem propostos pelo *Currículo em Movimento* e possibilitar o domínio das competências definidas pela *BNCC*.

Este movimento é fundamental, sobretudo, neste ano letivo de 2021, em que será necessário recuperar as aprendizagens não alcançadas no ano anterior, em razão do momento atípico vivenciado em função da epidemia do coronavírus. O replanejamento curricular, tendo como matriz o *Currículo em Movimento*, é tarefa primordial para construir percursos pedagógicos realistas e com foco nas aprendizagens, consideravelmente prejudicadas pela situação médico-sanitária vivenciada.

Além disso, é preciso salientar que o eixo integrador desta etapa de ensino (ensino fundamental – anos finais), a saber LETRAMENTO e LUDICIDADE, perpassa todos os componentes curriculares e é por todos eles trabalhados, sobretudo a partir das discussões e orientações formuladas nas coordenações específicas. Junte-se a isso o trabalho com os eixos transversais Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos, educação para a sustentabilidade, que são abordados nos projetos específicos desenvolvidos por esta unidade escolar e que serão apresentados adiante.

Outro instrumento importante para a nossa organização curricular, sobremaneira em Matemática e Língua Portuguesa, é a Matriz Saeb. A partir das principais fragilidades de nossos/as estudantes, detectadas por meio das avaliações diagnósticas institucionais e do SAEB, propõe-se intervenções e práticas pedagógicas adequadas e afinadas com as necessidades por eles apresentadas. Assim, as atividades propostas têm como referência os descritores, que de maneira mais específica, explicitam os conteúdos associados a habilidades e competências desejáveis. Embora não abarque todo o currículo escolar dos componentes acima citados, os descritores que compõe as matrizes de referência do SAEB

nos possibilitam trabalhar de maneira mais pormenorizada e direcionada, a partir de temas relacionados às demandas identificadas e já expostas neste PPP.

Trata-se, portanto, de priorizar práticas pedagógicas que enfatizem o domínio, em Língua Portuguesa, de habilidades relacionadas aos procedimentos de leitura, implicações do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto, relação entre textos, coerência e coesão no processamento do texto, relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido e variação linguística. Já para Matemática, às habilidades relacionadas as noções de espaço e forma, grandezas e medidas, números e operações/álgebra e funções, tratamento da informação.

Ressalte-se que, a partir do ano letivo de 2021, as matrizes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza também serão exploradas e orientarão o trabalho de nossos/as docentes.

13. PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PPP

	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Gestão Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento de ações interventivas do SOE a partir dos indicadores levantados pela pesquisa socioeconômica de 2020/2021 e dos Conselhos de Classe, a fim de atender as demandas individuais e coletivas de nossos/as estudantes; - Aplicação de avaliação diagnóstica por ano e componente curricular, com base nos objetivos de aprendizagem do ano anterior, a fim de detectar as fragilidades que devem orientar as intervenções deste ano letivo de 2021; - Trabalho constante de busca ativa realizado pela equipe assistência, SOE, SEAA e direção; - Realização de reuniões periódicas com os estudantes organizadas tanto pelo SOE como pela coordenação pedagógica, com o intuito de ouvir as demandas e dificuldades de nossos/as estudantes; - Coordenações específicas semanais para alinhamento, organização e planejamento das 	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento de ações interventivas do SOE a partir dos indicadores levantados pela pesquisa socioeconômica de 2020/2021 e dos Conselhos de Classe, a fim de atender as demandas individuais e coletivas de nossos/as estudantes; - Aplicação de avaliações (simulados), a partir das áreas de conhecimento da Matriz SAEB, a fim de preparar nossos/as estudantes para as avaliações externas de 2021 (SIPAE/DF e Prova Brasil); - Trabalho constante de busca ativa realizado pela equipe assistência, SOE, SEAA e direção; - Realização de reuniões periódicas com os estudantes organizadas tanto pelo SOE como pela coordenação pedagógica, com o intuito de ouvir as demandas e dificuldades de nossos/as estudantes; - Coordenações específicas semanais para alinhamento,

	ações pedagógicas por áreas de conhecimento; - Implementação do Projeto Aprender Valor, em parceria com o Banco Central e Universidade Federal de Juiz de Fora, com foco no letramento e cidadania financeiros; - Desenvolvimento do projeto do Clube de Leitura pelo corpo docente do componente curricular Língua Portuguesa	organização e planejamento das ações pedagógicas por áreas de conhecimento; - Desenvolvimento do projeto GINCLASS, em agosto, de forma presencial e/ou virtual; - Desenvolvimento do projeto AFRICANIDADES, de forma presencial e/ou virtual;
Gestão de Resultados Educacionais	- Fortalecimento e realização bimestral dos conselhos de classe; - Coordenações específicas semanais para alinhamento, organização e planejamento das ações pedagógicas por áreas de conhecimento; - Coordenações coletivas como espaço privilegiado de discussão e elaboração de estratégias e intervenções;	- Fortalecimento e realização bimestral dos conselhos de classe; - Coordenações específicas semanais para alinhamento, organização e planejamento das ações pedagógicas por áreas de conhecimento; - Coordenações coletivas como espaço privilegiado de discussão e elaboração de estratégias e intervenções;
Gestão Participativa	- Realização de reuniões periódicas com pais, mães e/ou responsáveis, organizadas pela direção, no intuito de estabelecer o diálogo constante sobre o processo de aprendizagem de nossos/as estudantes;	- Realização de reuniões periódicas com pais, mães e/ou responsáveis, organizadas pela direção, no intuito de estabelecer o diálogo constante sobre o processo de aprendizagem de nossos/as estudantes;
Gestão de Pessoas	- Coordenações coletivas semanais como espaço privilegiado de formação continuada;	- Coordenações coletivas semanais como espaço privilegiado de formação continuada;
Gestão Financeira	- Finalização da reforma do prédio do CEF 18 (pisos, banheiros, área de convivência, adequações para ANEE);	- Reforma dos estacionamentos e construção da quadra;
Gestão Administrativa	- Encontros nos dias de Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar e reuniões de pais, mães e/ou responsáveis; - Coordenações coletivas; - Conselhos de Classe;	- Encontros nos dias de Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar e reuniões de pais, mães e/ou responsáveis; - Coordenações coletivas; - Conselhos de Classe.

14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Como formas de acompanhar e avaliar a implementação do projeto político-pedagógico do CEF 18, os encontros previstos no calendário escolar de 2021 como dias de Planejamento Pedagógico da Comunidade Escolar (13/03, 29/05 e 23/10), bem como as

reuniões de pais, mães e/ou responsáveis constituem-se como importantes espaços de discussão e redefinição do percurso adotado. São momentos de encontro da comunidade escolar que, coletivamente, reflete e age, define objetivos e ações que garantam um processo de ensino-aprendizagem cada vez melhor.

15. PROJETOS ESPECÍFICOS

Os projetos bem discutidos, planejados e conduzidos podem fornecer oportunidades preciosas para a construção do saber e melhorias na aprendizagem, desenvolvendo diferentes aspectos cognitivos e sociais. Os projetos funcionam como uma ferramenta de apoio ao ensino aprendizagem para o alunado. A seguir, estão descritos os projetos que hoje são desenvolvidos no CEF 18 e que mobilizam a comunidade escolar.

1) Projeto Africanidades: consciência de quê!?

Introdução: o projeto Africanidades: consciência de quê!?, foi idealizado e orientado pelos professores Mary e Martim, no ano de 2017. Ambos almejavam com tal proposta diversificar os debates do componente curricular História e, ao mesmo tempo, propor aos estudantes uma reflexão sobre o dia da Consciência Negra para além de uma data específica. Com o apoio da direção e adesão de outros professores, como da professora Régia, de Língua Portuguesa, o projeto ganhou corpo e vem integrando toda a comunidade escolar desde então.

Justificativa: a lei 10.639/2003 coloca-nos como desafio, enquanto educadores, de questionar o saber escolar historicamente construído, redimensionar a memória e enfrentar preconceitos no que se refere ao ensino de História da África e História da Cultura Afro-Brasileira. Ao tornar obrigatório tais conteúdos e temas no ensino fundamental e médio, incluindo “a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política” (LEI 10.639/2003), a referida lei nos possibilita conferir visibilidade e protagonismo a tais indivíduos, subvertendo hierarquias, reconfigurando a memória histórica acerca de nossa formação social, possibilitando outras formas de pensar a formação

da nação e da nacionalidade. Além disso, afirma que tais conteúdos devem ser trabalhados “no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” Nessa direção, a equipe do CEF 18 busca com tal projeto garantir no ambiente escolar o respeito à diversidade étnica, promovendo debates, reflexões e possibilitando a troca de saberes. Diante dessa discussão o projeto Africanidades: consciência de quê! estimula valores como a solidariedade e o respeito, a fim de que eles possam ser vivenciados para além dos muros da escola.

Objetivos:

- construir outras representações e sentidos sobre o continente africano;
- conhecer e valorizar a cultura africana e afro-brasileira;
- compreender as lutas e resistências dos afrodescendentes no Brasil;
- conscientizar a comunidade escolar afrodescendente sobre sua
- conhecer as políticas públicas e ações afirmativas destinadas à população negra brasileira.

Metodologia

Tanto nas aulas de PD (parte diversificada) como em outros componentes curriculares, sobretudo de História, Língua Portuguesa e Artes, os professores promovem debates sobre violência, empoderamento, autoafirmação, práticas de exclusão, políticas afirmativas, cultura, a influência do povo africano na cultura do Brasil, dentre outros temas, que geram debates e atividades pedagógicas que são apresentadas e discutidas em uma data específica de culminância do projeto. Nesse dia, toda a comunidade escolar é convidada a refletir sobre as contribuições de africanos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira, bem como sobre as violências e exclusões a que estas pessoas estão sujeitas. No ano de 2020, em razão das aulas remotas, o espaço do instagram (@cef18.ceilandia) foi palco das ações do projeto. Nele foram realizadas *lives* com professores/as do CEF 18 e de outras instituições de ensino, em rodas de conversa sobre temáticas ligadas ao projeto e Clube de Leitura com os/as estudantes, a partir de escolha de obras literárias ou fílmicas com discussões atreladas ao tema central do projeto. Ações que serão mantidas neste ano de 2021.

2) GINCLASS

Justificativa: o GINCLASS do CEF 18 é projeto que visa propiciar ações que integram a comunidade escolar através de atividades culturais, esportivas e lúdicas, despertando o espírito de competição, solidariedade, estimulando a integração, a confraternização e a cooperação entre os alunos, conscientizando-os quanto ao zelo do patrimônio escolar. Trata-se de projeto desenvolvido ao longo de um mês, tendo como culminância o Arraiá do CEF 18.

Objetivo geral: promover ações integradas aos eixos transversais apresentados no *Currículo em Movimento*, quais sejam: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

Objetivos específicos:

- promover a integração entre estudantes, professores, funcionários, pais e comunidade, oportunizando a integração entre escola, família e comunidade;
- exercitar a solidariedade e o respeito mútuo;
- estimular o espírito participativo, bem como atitudes positivas, de modo a propiciar a formação de cidadãos atuantes;
- desenvolver o potencial criativo, com estímulo às diferentes formas artísticas, tais como música, dança, poesia, linguagem corporal e desenho;
- promover a aprendizagem e novos conhecimentos por meio da ludicidade;
- incentivar a prática de atividades físicas, reconhecendo-a como um elemento fundamental para a qualidade de vida.

Metodologia:

Destinado aos/às alunos/as regularmente matriculados no CEF 18, o GINCLASS organiza-se a partir da promoção de atividades organizadas em uma gincana que articula provas de conhecimentos gerais, de habilidades artísticas e de competições esportivas como futsal, queimada, basquete, xadrez, dama, a partir de tarefas semanais, valorizando o trabalho em equipe. As equipes são organizadas por turmas/anos e são orientadas pelos/as professores/as conselheiros. Desta forma, todas as atividades realizadas pelos/as estudantes ao longo do

GINCLASS são avaliadas e integram todos os componentes curriculares. Como culminância das atividades desenvolvidas ao longo de um mês, realiza-se o *Arraiá* do CEF 18, que é aberto a toda a comunidade e configura-se como momento de integração entre estudantes, equipe pedagógica, pais, mães, responsáveis e outros integrantes da comunidade. No ano de 2020, em razão da pandemia e das aulas remotas, nenhuma ação do projeto foi desenvolvida. Neste ano de 2021, pretendemos desenvolver o projeto com adaptações no formato virtual, a fim de envolver toda a comunidade escolar. A realização ocorrerá, possivelmente, em agosto.

3) Clube de leitura

Justificativa: em razão da pandemia do coronavírus, da impossibilidade das aulas presenciais e da necessidade de construirmos outros espaços de atuação e de integração com a comunidade escolar é que pensamos o Clube de Leitura. Por meio das redes sociais, mais especificamente pelo Instagram (@cef18.ceilandia), proporcionamos momentos de leitura, debates e reflexões a partir de obras decididas conjuntamente entre docentes e discentes. Trata-se de ação que fornece subsídios aos docentes de Língua Portuguesa e PD's no trabalho com as fragilidades detectadas e elencadas nas avaliações diagnósticas realizadas com nossos alunos no início de cada ano letivo e em avaliações externas, como SIPAE e SAEB. Sendo assim, ao propiciar o trabalho conjunto entre biblioteca, coordenação pedagógica, docentes e discente, o Clube de Leitura auxilia no processo de ensino-aprendizagem, ajudando a amenizar as fragilidades detectadas em nossas avaliações diagnósticas e construindo práticas que proporcionem uma aprendizagem cada vez mais efetiva e significativa, que possibilite desenvolver as potencialidades de nossos alunos e alunas. Investimos, assim, na leitura em suas mais diferentes formas, como prática fundamental de nosso trabalho pedagógico.

Objetivos:

- proporcionar atividades que despertem nos alunos o prazer da leitura;
- divulgar clássicos da Literatura Brasileira e mundial;
- possibilitar aos alunos o conhecimento e o debate de temas diversos a partir da leitura;

- despertar o interesse pela pesquisa;
- estimular a leitura deleite;
- proporcionar momentos de reflexão e diálogo que envolvam estudantes e professores/as.

Metodologia: A partir de discussão realizada pela equipe pedagógica, são sugeridos dois livros que são votados pelos/as estudantes em enquete em nossa página do Instagram. O mais votado é a leitura comum e objeto de debate em uma *live*, com a participação de docentes e discentes. Nesse momento, discutimos os diferentes aspectos culturais, sociais, políticos e/ou econômicos que emergem da leitura proposta, conectando com questões contemporâneas sempre que possível. As *lives* são organizadas pela coordenação pedagógica por meio do @cef18.ceilandia e contam com a participação de professores/as de diferentes componentes curriculares e estudantes interessados em dar suas contribuições. A partir de 2021, o componente curricular Português tem conduzido o projeto, sobretudo na plataforma Escola em Casa DF, com a indicação de livros e promovendo os debates na Parte Diversificada.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 05 jan.2021.

_____. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

_____. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>

CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). **PDAD 2018:** Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília, 2019.

_____. **PDAD 2018:** destaques. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques_PDAD_revisado.pdf Acesso em: 07jan.2021

DISTRITO FEDERAL. *Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota*. Brasília: SEDF, [2012].

_____. Lei 4.751, de 07 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751.html Acesso em 12.jan.2021.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica*: Pressupostos Teóricos. Brasília: SEDF, 2014.

_____. *Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 3º ciclo para as aprendizagens*. Brasília: SEDF, 2014.

_____. *Diretrizes Avaliativas da SEEDF*. Brasília: SEDF, 2014.

_____. *Currículo em Movimento da Educação Básica*. 2ª ed. Brasília: SEDF, 2018.

_____. *Diretrizes de Avaliação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal*: avaliação para as aprendizagens, avaliação institucional e avaliação em larga escala. SEEDF. Brasília: 2018. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/diretrizes_pedagog_3ciclo.pdf

FERRARI, Greicimara Vogt. A importância do coletivo na construção do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar. *Perspectiva*. Erechin, v.35, n.132, dez.2011, p.159-170.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Encontros de saberes: as disciplinas escolares, o historiador da educação e o professor. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

_____. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.38, n.1, 2012, p.13-28.

MONTEIRO, Ana Maria. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*. Londrina, v.9, out.2003. p.9-35.

_____. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. 32ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11ª.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio. *Linhas Críticas*. Brasília: UnB, v.12, n.22, jan./jun.2021.